

Existem escolas de pensamento?

Discussão nunca faltou entre economistas, principalmente quando se trata das grandes questões econômicas da atualidade, e sempre se pensou que a tribo dos economistas está dividida em inúmeras escolas de pensamento antagônicas e irreconciliáveis como torcidas organizadas.

O que estamos observando no novo governo Petista, todavia, contradiz esta percepção e parece apoiar a hipótese de que houve uma espécie de convergência de pensamento, e que, abstraídos os temperamentos, patotas, ressentimentos e rivalidades, e afastados os radicais, os economistas parecem mesmo todos iguais.

Ou será que o leitor está sentindo uma diferença muito grande entre os ministros Malan e Palocci, que nem economista é?

O fato é que se o leitor se debruçar sobre a identificação e classificação das criaturas que habitam a floresta acadêmica, facilmente se deixará levar pela impressão de que o Brasil, está dividido entre “liberais”, “desenvolvimentistas”, “estruturalistas”, “monetaristas”, “marxistas”, “keynesianos”, “alunos da professora Conceição”, “discípulos do Simonsen” e mais umas espécies mais raras: sabe-se da existência de ao menos um “sraffiano”, de alguns “regulacionistas franceses”, uns “institucionalistas” e de alguns outros tipos mais exóticos, a maioria em extinção, cada qual com as variantes definidas pelos prefixos “neo”, “pós”, “social”, “proto” ou “cripto”, e em embalagens “moderadas”, “radicais”, “diet”, “orto” ou “heterodoxo”.

A diversidade é enorme, ao menos na aparência, havendo muitas controvérsias, boa parte em torno de estilo, linguagem e pontuação. É principalmente em torno da disputa sobre financiamento para pesquisa. Na verdade, com o tempo, o fenômeno “escolas de pensamento”, ou “paradigmas”, no mundo acadêmico, tem se tornado cada vez menos nítido, a despeito de um acirramento de ânimos no “mundo lá fora”.

A convergência na academia foi tendo lugar talvez principalmente em razão da progressiva penetração da matemática na disciplina. E também em razão da uniformização curricular, da adoção generalizada dos cânones meritocráticos na progressão profissional, sendo os méritos aferidos por publicações em revistas acadêmicas com conselhos editoriais, avaliadores anônimos, e mecanismos como “índices de citações”, sendo que as próprias universidades e publicações passaram a ser classificadas e ordenadas por seus pares conforme a qualidade de sua produção.

O leitor que não se engane, esse movimento pela qualidade acadêmica, que se tornou dominante, enfrentou enormes resistências no Brasil, onde se dizia que tudo isso era uma “artimanha neoliberal” com vistas a solapar a “postura crítica” que todo acadêmico deveria ter.

A economia está ficando mais parecida com a física do que com a filosofia. Cada vez mais se torna uma obra coletiva, uma grande síntese, onde as influências anteriores estão todas, ou quase todas, incorporadas nos modelos mais recentes. As descobertas são cada vez menos revolucionárias e mais incrementais, adicionando pequenos progressos ao pensamento existente.

Vale notar, adicionalmente, que os avanços instrumentais, na modelagem matemática, estatística e computacional foram extraordinários, à luz dos quais muitos autores do passado, por exemplo, pioneiros do estudo do desenvolvimento, cujas ideias instigantes não tinham uma expressão muito objetiva, puderam ganhar nova vida.

A respeito da economia do desenvolvimento, uma especialidade que por muitos anos ficou meio isolada em escolas alternativas, Paul Krugman observou recentemente que muitos dos temas tratados pelos pioneiros do desenvolvimento não tinham tratamento matemático, por deficiência de ferramental, e terminavam fora das correntes majoritárias de pensamento econômico. Os “heterodoxos” de várias linhagens se queixavam do “irrealismo” dos modelos matemáticos de desenvolvimento e crescimento, tendo em vista a incapacidade desses modelos de tratar temas como competição imperfeita, externalidades, retornos crescentes de escala, dentre outros.

Hoje em dia pode-se dizer que essas deficiências instrumentais foram sanadas e que tudo que se acreditava que faltava nos modelos matemáticos de crescimento dos anos 1960 já foi incorporado em modelos de safras mais recentes. A “postura crítica” baseada no irrealismo das hipóteses dos modelos econômicos perdeu sua razão de ser, embora muitos “professores” de desenvolvimento econômico, que não têm o treinamento em matemática para ler esses novos modelos, ainda persistam em sua “postura crítica” às correntes majoritárias do pensamento econômico (dos anos 1960).

Trocando em miúdos, eu tenho dificuldades para entender propriamente o que vem a ser um “desenvolvimentista” no Brasil de nossos dias, tanto quanto em identificar um “neoliberal”, pois seguramente a diferença entre um e o outro não é a cotação do dólar que cada parte acredita ser a correta.

Na verdade, com relação ao debate em torno do novo modelo de desenvolvimento no Brasil, o governo Lula nos faz mais céticos com relação a existência de escolas de pensamento rivais.